



PREFEITURA DE  
**GURUPI**  
Nossa gente, nossa força.

SECRETARIA MUNICIPAL DE  
**CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO**

## DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

### 1. DEMANDANTE:

Demandante: **Município de Gurupi** por intermédio da **Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação**.

Responsável: **TALITA PEREIRA DE SOUZA FERREIRA**

Telefone: **(63) 3301-4304**

Destinatário: **C.A.C.P / Agente de Contratação**

### 2. DA JUSTIFICATIVA

Justifica-se por implantar o sistema de vídeo monitoramento urbano de Gurupi por meio de instalação de pontos de monitoramento por câmeras, a fim de prover segurança e coibir ações criminosas, o projeto terá como órgão gerenciador a Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação.

A Prefeitura Municipal de Gurupi, localizada no estado de Tocantins, está empenhada em garantir a segurança e o bem-estar da sua comunidade. Em parceria ativa com as forças de segurança pública, como a Polícia Militar, a prefeitura busca identificar e resolver problemas de segurança que afetam os bairros, vias e praças da cidade. A incerteza da segurança pública provoca medo e desconforto na população, afastando os moradores das atividades comunitárias, restringindo o direito de ir e vir e impede o lazer em um ambiente seguro.

Medidas de combate à violência e à criminalidade:

Com o intuito de combater esses problemas, a Administração Pública está implantando medidas e ações voltadas para a segurança pública. Atualmente, a Secretaria Municipal enfrenta uma carência de recursos tecnológicos que poderiam auxiliar significativamente no combate à violência. É imprescindível que se implemente um sistema de segurança eletrônica, que está intrinsecamente ligado a diversos aspectos cruciais, como controle em tempo real, acesso a registros de ocorrências, monitoramento de pessoas em espaços públicos, controle do fluxo de veículos em vários pontos, fiscalização do trânsito, acompanhamento de eventos e manifestações públicas, além da prevenção de furtos e roubos.

A capacidade de acompanhar eventos e manifestações públicas através do sistema de segurança eletrônica também seria uma vantagem significativa. Essa ferramenta permitiria a identificação de potenciais focos de tumulto ou violência, possibilitando uma atuação preventiva e garantindo a segurança dos participantes e do público em geral.

Essa medida não apenas fortaleceria a atuação das forças de segurança pública, mas também proporcionaria maior segurança e tranquilidade para a população, contribuindo para a construção de uma cidade mais segura e protegida.

### 3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente procedimento foi elaborado em harmonia com o disposto do Decreto Municipal nº 405/2023, Art. 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações dos dispositivos legais pertinentes à matéria.

### 4. OBJETO

O presente documento tem como finalidade promover a realização de processo de contratação, para selecionar a proposta mais vantajosa, com o fito de realizar o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE VÍDEOMONITORAMENTO URBANO DE GURUPI POR MEIO DE IMPLANTAÇÃO DE PONTOS DE MONITORAMENTO**.

### 5. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES



PREFEITURA DE  
**GURUPI**  
Nossa gente, nossa força.

SECRETARIA MUNICIPAL DE  
**CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO**

As quantidades constantes neste documento são estimativas, não obrigando esta secretaria de sua aquisição total.

O objeto compõe-se de 2 (dois) itens, e está organizado em 1 lote simplesmente com a intenção de ordenar e identificar o objeto conforme suas características e utilização, não levando em conta tal ordenação para elaboração das propostas e oferta de lances verbais, visto que no certame a ser realizado deverão ser observados o valor global dos itens.

Segue relação abaixo com as quantidades mínimas do objeto informado no ETP o qual detalha todos os pontos de câmeras a serem instaladas de acordo com o projeto básico:

LOTE ÚNICO					
Item	Cód.	Especificação	UN	Qtde	V. Total
1.	62505	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA EXECUÇÃO DE OBRA - DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO URBANO DE GURUPI POR MEIO DE IMPLANTAÇÃO DE PONTOS DE MONITORAMENTO.	SV	01	<b>1.580.807,38</b>
2.	62543	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO - URBANO DE GURUPI POR MEIO DE IMPLANTAÇÃO DE PONTOS DE MONITORAMENTO.	UN	01	<b>2.312.410,24</b>

## 5. DA ESTIMATIVA DO PREÇO

Segundo a norma geral de licitações, bem como o que consta regulamentado no âmbito desta municipalidade, o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

Para aferição do valor estimado para esta demanda, levou-se em consideração o(s) seguinte(s) critério(s):

- ( ) Pannel de Banco de preços;
- ( ) Contratações similares feitas pela Administração nos últimos 12 meses;
- ( ) pesquisa publicada em mídia especializada;
- ( ) Pesquisa de preço com 3 fornecedores do ramo;
- (X) SINAP/SICRO;
- ( ) Notas fiscais (período não superior a 1 ano) (Art. 23, § 4º da Lei 14.133/2021)

Reiteramos que o valor estimado encontra-se dentro do que o mercado atualmente pratica.

## 6. DA CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

A despesa decorrente da contratação do objeto correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Gurupi/Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, conforme requisições:

### 6.1. Requisição: 52432024

**Organograma:** 28.2801.0015.1137 - IMPLANTANÇÃO DA CIDADE DIGITAL

**Subgrupo:** 618 - OBRAS EM ANDAMENTO

**Elemento:** 449051

**Subelemento:** 91 - OBRAS EM ANDAMENTO

**FONTE:** 15000000000000

**Ficha:** 20249450

### 6.2. Requisição: 52442024

**Organograma:** 28.2801.0015.1137 - IMPLANTANÇÃO DA CIDADE DIGITAL

**Subgrupo:** 618 - OBRAS EM ANDAMENTO

**Elemento:** 449051

**Subelemento:** 91 - OBRAS EM ANDAMENTO



PREFEITURA DE  
**GURUPI**  
Nossa gente, nossa força.

SECRETARIA MUNICIPAL DE  
**CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO**

**FONTE:** 17000000000000

**Ficha:** 20249451

### **6.3. Requisição:** 52452024

**Organograma:** 28.2801.0015.1137 - IMPLANTANÇÃO DA CIDADE DIGITAL

**Subgrupo:** 621 - EQUIPAMENTOS DE TIC - OLHO VIVO

**Elemento:** 449052

**Subelemento:** 59 - EQUIPAMENTOS DE TIC - OLHO VIVO

**FONTE:** 17000000000000

**Ficha:** 20249452

## **7. DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO**

O prazo para o começo da execução/implantação será de 20 dias após o envio da nota de empenho e autorização de entrega, e em conformidade aos dispositivos nas regras contidas na Lei 14.133/2021.

## **8. DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DO LOCAL DE ENTREGA**

### **8.1. Da fiscalização da execução dos serviços:**

Fica designado os servidores de acordo aos itens a serem contratados:

ANDRE APARECIDO LISBOA: ENGENHEIRO CIVIL como responsável pela fiscalização e atesto das notas fiscais do item referente a contratação de serviço para execução de obra.

DIEGO PIMENTEL RODRIGUES: EXECUTOR DE SISTEMAS como responsável pela fiscalização e atesto das notas fiscais do item referente a aquisição de equipamentos.

### **8.2. Do local de entrega:**

Na Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, localizada no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Gurupi, as margens da BR 242, KM 405, LOTE 4, gleba 8, 4ª etapa, parte do loteamento Fazenda Santo Antônio de segunda-feira a sexta-feira em horário de expediente (08 as 14h), telefone: 3301-4304, e-mail: [administrativo.ti@gurupi.to.gov.br](mailto:administrativo.ti@gurupi.to.gov.br), ou em locais previamente determinados por esta Secretaria.

## **9. GARANTIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO DA SOLUÇÃO**

Os serviços de Garantia, Assistência Técnica e Manutenção de todos os produtos e serviços ofertados deverão ter duração mínima de 48 meses;

Os serviços de garantia deverão ser prestados pela FORNECEDORA; a garantia dos equipamentos deverá ser oficial do fabricante dos equipamentos, sem prejuízo à responsabilidade integral da FORNECEDORA quanto aos atendimentos dos níveis de serviço;

Os serviços de Garantia, Assistência Técnica e Manutenção DEVERÃO ESTAR INCLUSOS NO VALOR FINAL DE VENDA DOS PRODUTOS OFERTADOS.

Entende-se por serviços de “Garantia”, “Suporte” e “Manutenção”, doravante denominados unicamente como “Garantia”, toda atividade do tipo corretiva não periódica que variavelmente poderá ocorrer, durante todo o período de garantia. Ela possui suas causas em falhas e erros no Software/Hardware e trata da correção dos problemas atuais e não iminentes de fabricação destes. Esta “Garantia” inclui os procedimentos destinados a recolocar em perfeito estado de operação os serviços e produtos ofertados, tais como:

Do hardware: desinstalação, reconfiguração ou reinstalação decorrente de falhas de fabricação no hardware, fornecimento de peças de reposição, substituição de hardware defeituoso por defeito de fabricação, atualização da versão de drivers e firmwares, correção de defeitos de fabricação, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e as normas técnicas específicas para os recursos utilizados;

Do software: desinstalação, reconfiguração ou reinstalação decorrente de falhas de desenvolvimento do software, atualização da versão de software, correção de defeitos de desenvolvimento do software, de acordo com os manuais e as normas técnicas específicas do fabricante para os recursos utilizados;

Da Rede Óptica de Videomonitoramento: falhas em cabos ópticos, distribuidores ópticos, *splitters*, caixas de emenda, falhas na transmissão causados por defeitos de fábrica em cabos ópticos, cordões, extensões e conectores ópticos. Não inclui na garantia rompimentos nas fibras ópticas, danos em conexões ópticas ou quaisquer falhas causadas por interferências externas, como corte e/ou acidentes com fibras ópticas instaladas em postes.

Quanto às atualizações pertinentes aos softwares: Entende-se como “atualização” o provimento de toda e qualquer evolução de software, incluindo correções, “*patches*”, “*fixes*”, “*updates*”, “*service packs*”, novas “*releases*”, “*versions*”, “*builds*”, “*upgrades*”, englobando inclusive versões não sucessivas, nos casos em que a solicitação de atualização de tais versões ocorra durante o período de garantia do contrato.

A FORNECEDORA fornecerá e aplicará pacotes de correção, em data e horário a serem definidos pela ÓRGÃO GERENCIADOR, sempre que forem encontradas falhas de laboratório (bugs) ou falhas comprovadas de segurança em *software* ou *firmware* dos aparelhos que integrem o objeto do contrato.

O atendimento deste requisito está condicionado a liberação pelo fabricante dos pacotes de correção e/ou novas versões de *software*.

É facultado a FORNECEDORA a execução, ao seu planejamento e disponibilidade, de “Garantia” do tipo “preventiva” que pela sua natureza reduza a incidência de problemas que possam gerar “Garantia” do tipo “corretiva”. As manutenções do tipo “preventiva” não podem gerar custos a ÓRGÃO GERENCIADOR.

A manutenção técnica do tipo “corretiva” será realizada sempre que solicitada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR por meio da abertura de chamado técnico diretamente à empresa FORNECEDORA via telefone, Internet ou e-mail ou *fac-símile* ou outra forma de contato;

Os serviços de “Garantia” incluem:

1. Solução de problemas relativos à indisponibilidade da solução decorrentes de problemas de fabricação e desenvolvimento;
2. Solução de falhas ou defeitos no funcionamento, incluindo a instalação de arquivos para correção dos erros;
3. Esclarecimento de dúvidas sobre o funcionamento e operação da solução;
4. Instalação de novas versões ou atualizações e *patches*;
5. A FORNECEDORA deve disponibilizar central de atendimento, regime 24x7, e equipe com conhecimentos sólidos no funcionamento e operação da solução de gestão.

O serviço de “Garantia” deve disponibilizar os seguintes tipos de atendimento:

1. Nível I - Atendimento Telefônico (Help Desk): chamados abertos através de ligação telefônica ou e-mail ou outra forma de contato, em regime 24x7. Esse serviço deve atender demandas dos usuários referentes ao funcionamento da solução, que decorram de problemas de funcionamento.
2. Nível II - Atendimento Remoto: atendimento remoto de chamados de suporte técnico através de tecnologia disponibilizada pela ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante prévia autorização e seguindo os padrões de segurança da ÓRGÃO GERENCIADOR, objetivando análise e solução remota dos problemas apresentados.
3. Nível III - Atendimento Presencial (On-Site): atendimentos técnicos realizados nas dependências do ÓRGÃO GERENCIADOR, através de visita de técnico especializado, com a finalidade de resolver demandas abertas no Help Desk e não solucionadas pelo Atendimento Telefônico e/ou Remoto.

Toda “Garantia” deve ser solicitada inicialmente via *Help Desk* (Nível I), ficando a transferência do atendimento para o Atendimento Remoto (Nível II) condicionado à autorização da ÓRGÃO GERENCIADOR.



PREFEITURA DE  
**GURUPI**  
Nossa gente, nossa força.

SECRETARIA MUNICIPAL DE  
**CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO**

Toda “Garantia” solicitada inicialmente via *Help Desk* (Nível I), deve ser transferido para o Atendimento Presencial (Nível III) quando o atendimento do *Help Desk* não for suficiente para solução do problema sem a intervenção presencial de um técnico.

Os prazos para a prestação dos serviços devem garantir a observância ao atendimento do seguinte Acordo de Níveis de Serviços (ANS) e sua SEVERIDADE:

1. SEVERIDADE URGENTE – Solução totalmente inoperante.
2. Prazo máximo de início de atendimento de até 04 horas contadas a partir do horário de abertura do chamado;
3. Prazo máximo de resolução do problema de até 48 horas contadas a partir do início do atendimento.
4. Exemplos: falha nos servidores, softwares e hardwares de servidores, falhas na rede óptica, falhas em OLTS e ONUS, falha em *Switches*, ou quaisquer componentes que paralisam o funcionamento dos sistemas de forma geral.

SEVERIDADE IMPORTANTE – Solução parcialmente inoperante – Necessidade de suporte na solução com a necessidade de interrupção de funcionamento da solução.

1. Prazo máximo de início de atendimento de até 04 horas contadas a partir do horário de abertura do chamado;
2. Prazo máximo de resolução do problema de até 48 horas contadas a partir do início do atendimento.

Exemplos: falha em *software* e *hardware* de câmeras, *switches*, pontos de acesso sem fio, falhas em OLTS e ONUS, falhas na rede óptica ou metálica que paralisam a solução parcialmente.

SEVERIDADE NORMAL – Solução não inoperante, mas com problema de funcionamento – Necessidade de suporte na solução sem a necessidade de interrupção de funcionamento da solução.

Prazo máximo de início de atendimento de até 04 horas contadas a partir do horário de abertura do chamado;

1. Prazo máximo de resolução do problema de até 48 horas contadas a partir do início do atendimento.
2. Exemplos: falha pontuais em *software* e *hardware* de câmeras, *switches*, pontos de acesso sem fio, falhas em OLTS e ONUS, falhas na rede óptica ou metálica que não paralisam a solução.

SEVERIDADE EXTERNO – Solução inoperante, de forma parcial ou total, fruto de falha de elemento de hardware e/ou software não fornecido pela FORNECEDORA. Neste caso, ficam suspensos todos os prazos de atendimento até que a ÓRGÃO GERENCIADOR resolva os problemas externos que provocam a inoperância da solução. Após a ÓRGÃO GERENCIADOR disponibilizar o ambiente de forma estável para a reativação da solução, a FORNECEDORA realizará avaliação da extensão do dano a solução e as partes definirão em comum acordo o prazo para a reativação da solução.

SEVERIDADE INFORMAÇÃO – Solicitações de informações diversas ou dúvidas sobre a solução.

Prazo máximo de resposta de até 05 dias úteis, contados a partir da data de abertura da ocorrência.

Um chamado técnico somente poderá ser fechado após a confirmação do responsável da ÓRGÃO GERENCIADOR e o término de atendimento dar-se-á com a disponibilidade do recurso para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde ele está instalado;

Na abertura de chamados técnicos, serão fornecidas informações, como Número de série (quando aplicável), anormalidade observada, nome do responsável pela solicitação do serviço e versão do *software* utilizada e severidade do chamado.

A severidade do chamado poderá ser reavaliada quando verificado que ela foi erroneamente aplicada, passando a contar no momento da reavaliação os novos prazos de atendimento e solução;





A FORNECEDORA poderá solicitar a prorrogação de qualquer dos prazos para conclusão de atendimentos de chamados, desde que o faça antes do seu vencimento e devidamente justificado.

### 9.1. DA JUSTIFICATIVA DA GARANTIA

A Secretaria Municipal responsável pela gestão do contrato e manutenção da infraestrutura de vídeo monitoramento urbano não dispõe de equipe técnica especializada para atuar na manutenção corretiva e preventiva de equipamentos e sistemas de alta complexidade tecnológica. A solução demandada envolve o uso de câmeras de monitoramento, infraestrutura de rede e softwares de gestão de imagens, todos de caráter técnico avançado, cujos cuidados e reparos requerem profissionais qualificados e ferramentas específicas.

Além disso, o sistema de vídeo monitoramento desempenhará papel crucial na segurança pública e no suporte às políticas de mobilidade e ordenamento urbano, o que torna imprescindível sua operação contínua e sem falhas. A ausência de suporte técnico qualificado e manutenção preventiva pode gerar interrupções nos serviços, impactando diretamente a qualidade do serviço prestado à população e, potencialmente, trazendo prejuízos à segurança pública municipal.

A garantia mínima de 48 meses é técnica e economicamente viável, pois previne custos excessivos com manutenção corretiva emergencial, frequentemente mais onerosa do que a preventiva. A previsão de uma garantia prolongada transfere à contratada a responsabilidade pela manutenção do equipamento e do sistema, reduzindo o impacto orçamentário na administração municipal e promovendo o uso racional dos recursos públicos, conforme previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Ademais, uma garantia com prazo inferior traria a necessidade de contratação de serviços complementares de manutenção antes do término da vida útil esperada do sistema, o que poderia resultar em fracionamento da despesa, prática vedada pelo art. 17 da Lei nº 14.133/2021, e aumento dos custos administrativos.

A administração municipal, por meio do órgão gerenciador, reconhece sua incapacidade técnica para gerenciar diretamente a manutenção de um sistema de tal complexidade. Essa limitação técnica é agravada pela ausência de infraestrutura e profissionais habilitados para a execução direta de atividades como substituição de componentes de hardware, ajustes em softwares especializados ou calibração de dispositivos eletrônicos.

Dessa forma, a garantia de 48 meses assegura que o sistema permaneça plenamente operacional durante o período inicial de sua implantação, mitigando riscos de paralisações ou falhas. Essa exigência está em conformidade com os princípios da continuidade do serviço público, consagrados pelo art. 6º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que exige que as soluções contratadas atendam às necessidades da administração sem interrupções.

O art. 40, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 prevê a possibilidade de a administração pública incluir no instrumento convocatório especificações técnicas que assegurem o pleno atendimento das necessidades administrativas. Nesse sentido, a exigência de uma garantia mínima de 48 meses é juridicamente sustentada como uma especificação técnica necessária à viabilidade do contrato, uma vez que protege a administração de falhas futuras no serviço e mantém a segurança dos bens públicos e da população.

A exigência de garantia prolongada está alinhada ao princípio do planejamento, previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, e às boas práticas de gestão de riscos, que preconizam que a administração pública deve prever e mitigar possíveis falhas na execução dos contratos. Ao incluir a garantia de 48 meses, o edital reduz os riscos relacionados à interrupção de serviços críticos e assegura maior previsibilidade financeira e técnica para a execução do contrato.

A exigência de garantia mínima de 48 meses é tecnicamente indispensável e juridicamente fundamentada, pois promove a eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, ao mesmo tempo que atende às



limitações técnicas da administração municipal e às boas práticas de gestão contratual.

## 10. DA FORMA DE PAGAMENTO

Pelos serviços contratados e efetivamente executados, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total em até 30 (trinta) dias depois da apresentação de nota fiscal, devidamente atestada pelo fiscal designado pela Secretária Municipal demandante, e não estão livres da incidência dos tributos legalmente estabelecidos.

O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ/CPF sob o qual será emitida a Nota Fiscal.

A(s) contratada(s) deverá(ão) emitir Nota Fiscal Eletrônica correspondente ao objeto fornecido, sem rasuras, fazendo constar na mesma as informações bancárias tais como, o número de sua conta, o nome do Banco e respectiva Agência.

A Nota Fiscal deverá ser conferida e atestada por servidor/responsável competente da Contratante, devidamente assinada por servidor público municipal identificado e autorizado para tal.

É condição para o pagamento a apresentação de prova de regularidade de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Débitos Estaduais; Débito Municipal; Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

## 11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, necessário se faz, a exigência de comprovação da qualificação técnica, revertido da apresentação de documentos como atestados de capacidade técnica, experiência de execução do objeto, balanço patrimonial e certidão de falência e concordata, dos quais seja permita a identificação da empresa detentora da qualidade técnica.

Caso entenda necessário para dirimir dúvidas, necessário se faz a montagem de um pequeno laboratório em até 5 dias úteis, composto dos equipamentos e softwares configurados conforme descrito neste ETP, para comprovar o atendimento de requisitos específicos.

Para fins de habilitação técnica, em termos gerais, será exigido do licitante a apresentação dos seguintes documentos:

1. Declaração que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
3. Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional competente. (conselho regional de engenharia e agronomia (CREA)), em plena validade.
4. No caso de sociedade empresarial estrangeira a exigência supra dar-se-á somente no momento da assinatura do contrato, se vencedora, mediante a comprovação da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Para fins de comprovação de qualificação técnica-profissional, o licitante deverá apresentar:

1. Fornecimento e instalação de 44 unidades de câmeras IPs;
2. Fornecimento e instalação de servidores de imagens e/ou estação de monitoramento;
3. Fornecimento e instalação de 44 licenças de software para gerenciamento de vídeo e analíticos;
4. Fornecimento e instalação de NVR de 128 canais;



PREFEITURA DE  
**GURUPI**  
Nossa gente, nossa força.

SECRETARIA MUNICIPAL DE  
**CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO**

5. Fornecimento e instalação de switches de rede;
6. Fornecimento e instalação de 50 Patch Cords RJ45 Cat.6 LSZH;
7. Fornecimento e instalação de 230.000 metros lineares de filamento de fibra ótica;
8. Fornecimento e instalação de 52 rack's de telecomunicações;
9. Fornecimento e instalação de 32 nobreaks;
10. Fornecimento e instalação de 44 pontos de rede elétrica;
11. Serviço de 255 fusões de fibra ótica;
12. Fornecimento e instalação de splitter óptico;
13. Fornecimento e instalação de distribuidor interno ótico;
14. Fornecimento e instalação de serviços de segurança eletrônica, incluindo redes de fibra ótica correspondente, em uma área de intervenção com no mínimo 200.000m<sup>2</sup>;
15. Fornecimento e instalação de um sistema GPON que inclui, no mínimo, OLT, ONU/ONT e conectividades óticas;
16. A justificativa para não exceder a exigência de quantidades em mais de 50% é promover a participação de várias empresas do mercado que possuam experiência na solução oferecida, o que, por sua vez, aumenta a competitividade.
17. Evidenciar que, no momento da celebração do contrato, a empresa licitante conta em sua equipe com um engenheiro eletricista legalmente habilitado. Este engenheiro deve ser titular de uma Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA, que comprove sua responsabilidade técnica na execução de serviços relacionados às disciplinas de GPON, cabeamento estruturado metálico e ótico, CFTV, instalação de software de gerenciamento de imagens integrado, reconhecimento facial, LPR, servidores de gravação, estação de gerenciamento/ monitoramento de imagens e switches.
18. O profissional requerido deve ocupar a posição de diretor, sócio ou membro permanecer da equipe da empresa LICITANTE. No caso de sócios, a confirmação de sua ligação será obtida por meio da apresentação de uma cópia do contrato social. Para os funcionários, a comprovação do vínculo deverá ser efetuada através de uma ficha, livro de registro de empregados ou contrato de trabalho. Em outras circunstâncias, a evidência da existência de um contrato de prestação de serviços regulado pelas leis civis em vigor será suficiente.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O presente DFD foi elaborado em harmonia com da Lei Federal n.º 14.133/2021 e os demais aspectos normativos, conclui pela VIABILIDADE DA AQUISIÇÃO - uma vez considerados os seus potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade. Em complemento, os requisitos listados atendem adequadamente às demandas formuladas, devendo-se dar prosseguimento ao processo de aquisição.

Gurupi – TO, 04 de outubro de 2024.

---

**TALITA PEREIRA DE SOUZA FERREIRA**

Secretária Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação  
Decreto nº 326/2023